

1975
MEC
José Emílio da Silva

Dec-Lei nº 260-A/75D.G. 121, de 29 de Maio

Fixa os quadros de pessoal docente dos liceus e escolas do ensino técnico secundário.

Dec-Lei nº 260-B/75D.G. 121, de 29 de Maio

Cria escolas secundárias em várias localidades.

Dec-Lei nº 260-C/75D.G. 121, de 29 de Maio

Estabelece os quadros de pessoal docente e técnico das escolas secundárias criadas pelo Decreto-Lei nº 264-B/75, de 26 de Maio.

Dec-Lei nº 294-A/75, de 17 de Junho, D.G. 137 (Supl.)

Mantém em vigor o Decreto-Lei nº 405/74, de 29 de Agosto, respeitante ao estágio para a docência do ensino primário.

Dec-Lei nº 294-C/75, de 18 de Junho, D.G. 138 (2º Supl.)

Estabelece normas sobre o provimento em lugares de professor efectivo dos quadros dos ensinos preparatório e secundário.

Dec-Lei nº 309-B/75, de 25 de Junho, D.G. 144 (2º Supl.)

Estabelece as normas de habilitação ao Exame de Estado para a docência no ensino primário.

Portaria nº 411-A/75, de 2 de Julho, D.G. 150, (2º Supl.) p. 920 (17)

Ministérios das Finanças, dos Negócios estrangeiros e da Educação e Cultura. Estabelece a composição da Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO.

Decreto-Lei nº 347/75, de 3 de Julho, D.G. 151

Promulga disposições relativas aos auxiliares de enfermagem dependentes do MEC.

Portaria nº 418-A/75, de 5 de Julho, D.G. 153 – Ministérios da Administração Interna, para o Planeamento e Coordenação Económica, das Finanças e da Educação e Cultura

Indica os vários tipos e categorias de docentes englobados nos escalões I e II do mapa anexo ao decreto-lei nº 290/75, de 14 de Junho.

Portaria nº 423/75, de 9 de Julho, D.G. 156

Introduz alterações na Portaria nº 908/73, de 21 de Dezembro, que aprova o Regulamento de Exames do Ensino Primário Supletivo para Adultos.

Portaria nº 426-A/75, de 11 de Julho, D.G. 160

Altera a redacção de alguns números da Portaria nº 17 789, de 4 de Julho de 1960, referente ao quadro de agregados do ensino primário.

Decreto-Lei nº 407/75, de 30 de Julho, D.G. 174 – MEC e Ministério dos Assuntos Sociais

Estabelece as normas de licenciatura em medicina e extingue o estágio de prática clínica.

Decreto-Lei nº 407 -D/75, de 31 de Julho, D.G. 175 (Supl.)

Reconhece como instituição de utilidade pública o Museu de Ovar.

Decreto-Lei nº 409 /75, de 2 de Agosto, D.G. 177 – Ministérios da Educação e Cultura e da Comunicação Social

Introduz alterações na estrutura do Ministério da Comunicação Social.

Decreto-Lei nº 409-A/75, de 5 de Agosto, D.G. 179 – Ministério da Educação e Investigação Científica

Estabelece regras a observar na colocação do pessoal docente provisório ou eventual nos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário.

Decreto-Lei nº 421/75, de 9 de Agosto, D.G.– MEC

Isenta da aplicação do disposto nos artigos 12º, 16º e 17º do Decreto-Lei nº 290/75 os concursos e outros processos de recrutamento, provimento ou colocação de pessoal dos ensinos primário, preparatório, secundário e médio.

Decreto-Lei nº 424/75, de 11 de Agosto, D.G. 184

Regula a colocação de professores das escolas anexas às escolas do magistério primário.

Decreto-Lei nº 429/75, de 11 de Agosto, D.G. 184

Cria na Universidade do Porto o Instituto de Ciências Médicas de Abel Salazar.

Decreto-Lei nº 440/75, de 16 de Agosto, D.G. 188

Integra no plano de estudos da faculdade de Engenharia do Porto as disciplinas do 1º e 2ºanos de engenharia que vinham sendo efectuadas na Faculdade de Ciências.

Decreto-Lei nº 443/75, de 19 de Agosto, D.G. 190

Regula a colocação de pessoal da extinta escola preparatória D. Francisco de Almeida.

Decreto-Lei nº 449/75, de 20 de Agosto, D.G. 191 – Ministério da Educação e da Investigação Científica

Promulga disposições relativas ao provimento de vagas de professor efectivo dos ensinos preparatório e secundário.

Decreto-Lei nº 454/75, de 21 de Agosto, D.G. 192

Dá nova redacção aos §§ 3º e 4º do artigo 4º do Decreto nº 19 531 e define normas relativas à colocação e permuta de professores.

Decreto-Lei nº 459/75, de 23 de Agosto, D.G. 194 (Obs. As páginas do D.R. estão em branco. Esta informação foi retirada do sumário)

Dá nova redacção a varias disposições do decreto-lei nº 513/73 (estruturas administrativas e de gestão de pessoal dos estabelecimentos de ensino).

Despacho, D.G. 197, de 27 de Agosto de 1975 – Ministérios da Administração Interna, para o Planeamento e Coordenação Económica, das Finanças e MEIC

Esclarece dúvidas suscitadas na interpretação do artigo 10º do Decreto-Lei nº 290/75, de 14 de Junho, que fixa os novos vencimentos do pessoal docente de vários graus de ensino.

Despacho, D.G. 197, de 27 de Agosto de 1975 – Ministérios da Administração Interna e MEIC

Esclarece dúvidas suscitadas na interpretação do artigo 18º do Decreto-Lei nº 290/75, de 14 de Junho, que fixa os novos vencimentos do pessoal docente de vários graus de ensino.

Despacho, D.G. 197, de 27 de Agosto de 1975

Indica diversas escolas nas quais funcionará no ano lectivo de 1975-1976 o Ano I de escolaridade.

Despacho, D.G. 201, de 1 de Setembro de 1975

Cria o 5º ano experimental do ensino preparatório.

Portaria nº 535/75, de 2 de Setembro, D.G. 202

Define os cursos e respectivos planos de estudo a ministrar nas escolas secundárias.

Portaria nº 541/75, de 4 de Setembro, D.G. 204

Introduz uma alteração na Portaria nº 426-A/75, de 11 de Julho, referente ao quadro de agregados do ensino primário.

Dec-Lei nº 486/75, de 4 de Setembro, D.G. 204

Permite a criação, em números globais, de lugares docentes do ensino primário elementar.

Dec-Lei nº 489/75, de 5 de Setembro, D.G. 205

Extingue a Direcção Geral da Administração Escolar e cria em sua substituição as Direcções Gerais do Equipamento Escolar e de Pessoal e Administração.

Dec-Lei nº 490/75, de 4 de Setembro, D.G. 205

Estabelece normas para o ingresso dos professores nos quadros distritais de agregados.

Dec-Lei 492 -A/75, de 9 de Setembro, D.G. 208 (2º Supl.)

Prorroga para 30 de Setembro, no ano de 1975, o prazo para a tomada de posse de professores do quadro geral.

Despacho ministerial – Ministérios para o Planeamento e Coordenação Económica e MEIC

Cria um grupo de trabalho inter departamental na Comissão de Planeamento de Demografia e Recursos Humanos e define as suas tarefas.

Portaria nº 550-B/75, de 11 de Set., D.G. 210 (Supl.)

Introduz alterações na redacção das Portarias nºs 541/75 e 426-A/75

Dec-Lei nº 513/75, de 20 de Setembro, D.G. 218

Cria em Évora a Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos Bento de Jesus Caraça.

Portaria nº 572/75, de 22 de Setembro, D.G. 219 – Ministérios das Finanças e MEIC

Revoga o artigo 1º da Portaria nº 24 208, de 30 de Julho de 1969, relativa à propina de exame do Ciclo Preparatório TV.

Portaria nº 580/75, de 24 de Setembro, D.G. 221

Cria na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra os departamentos de Economia e Ciências Sociais.

Decreto nº 538/75, de 27 de Setembro, D.G. 224 - Ministérios para o Planeamento e Coordenação Económica, das Finanças, MEIC e da Comunicação Social

Autoriza a Direcção Geral da Fazenda Pública a celebrar escritura para aquisição do prédio denominado “Quinta do Monteiro Mor”.

Dec-Lei nº 552/75, de 30 de Set., D.G. 226

Estabelece qual o âmbito de aplicação do nº 1 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 294-C//%, de 18 de Junho.

Dec-Lei nº 563/75, de 2 de Out., D.G. 228

Providencia quanto à remuneração dos encarregados de direcção dos estabelecimentos do ensino preparatório e secundário.

Portaria nº 591/75, de 6 de Out., D.G. 231

Cria alguns cursos nos distritos da Guarda e de Santarém.